

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Santos Energia Participações S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Santos Energia Participações S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais.....	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Santos Energia Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	12	11	7.464	256
Cauções e depósitos vinculados	4	-	-	735	11.510
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.130	3.698
Estoques	6	-	-	10.640	7.727
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	2.807	426
Outros tributos a recuperar		-	-	63	55
Dividendos a receber		178	178	-	-
Outros ativos	7	-	7	24.177	1.361
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		190	196	54.016	25.033
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Cauções e depósitos vinculados	4	-	-	6.098	4.912
Tributos diferidos		-	-	-	1.443
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	9.813	-
Outros ativos	7	-	-	3.796	2.210
Investimentos em controladas	8	106.514	66.617	-	-
Imobilizado, líquido	9	-	-	253.851	249.381
Intangível, líquido		3.379	3.723	4.068	4.471
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		109.893	70.340	277.626	262.417
TOTAL DO ATIVO		110.083	70.536	331.642	287.450
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		3	89	2.521	4.262
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	14.063	14.009
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	80	1.361
Conta de ressarcimento	11	-	-	108.325	10.899
Passivo de arrendamento		-	-	-	295
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	672	580
Outros tributos a pagar		-	-	1.142	457
Outras obrigações		-	-	-	10.856
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		3	89	126.803	42.719
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	68.836	81.869
Conta de ressarcimento	11	-	-	18.039	84.589
Passivo de arrendamento		-	-	-	4.720
Provisão para desmobilização		-	-	3.363	2.965
Tributos diferidos		-	-	4.379	-
Outras obrigações		-	-	142	141
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	94.759	174.284
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		200.869	165.304	200.869	165.304
Prejuízos acumulados		(90.789)	(94.857)	(90.789)	(94.857)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	110.080	70.447	110.080	70.447
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.083	70.536	331.642	287.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	13	-	-	30.790	44.219
Custo de produção e operação de energia	14	-	-	(37.759)	(33.479)
LUCRO BRUTO		-	-	(6.969)	10.740
Gerais e administrativas		(371)	(483)	(847)	(1.505)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	(12)	(134)	19.953	(1.506)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(383)	(617)	19.106	(3.011)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(383)	(617)	12.137	7.729
Receitas financeiras		-	-	5.595	2.667
Despesas financeiras		(1)	(33)	(15.995)	(16.418)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	16	(1)	(33)	(10.400)	(13.751)
Resultado de equivalência patrimonial		4.452	(8.198)	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO		4.068	(8.848)	1.737	(6.022)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	7.964	(3.616)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(5.633)	790
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	17	-	-	2.331	(2.826)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		4.068	(8.848)	4.068	(8.848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	4.068	(8.848)	4.068	(8.848)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	4.068	(8.848)	4.068	(8.848)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		172.513	(86.009)	86.504
Prejuízo do exercício		-	(8.848)	(8.848)
Aumento de capital social		22.675	-	22.675
Redução de capital social		(29.884)	-	(29.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	165.304	(94.857)	70.447
Prejuízo do exercício		-	4.068	4.068
Aumento de capital social		35.565	-	35.565
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	200.869	(90.789)	110.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SANTOS ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.068	(8.848)	4.068	(8.848)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	344	343	11.342	13.093
Atualização da provisão para desmobilização	16	-	398	871
Atualização monetária ressarcimento	16	-	2.845	2.597
Juros sobre arrendamento	16	-	148	496
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	-	(153)	(613)	(1.462)
Encargos financeiros de dívidas	-	-	9.384	10.796
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	5.633	163
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	3.643
Resultado de equivalência patrimonial	8	(4.452)	8.198	-
		(460)	33.205	21.349
Variação de ativos e passivos operacionais	(79)	913	(41.701)	17.193
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	10	-	(8.080)	(8.954)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(560)	(3.719)	(3.719)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(443)	(496)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais	(119)	(107)	(20.738)	25.373
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(19.546)	(34.815)
Redução de capital social em controladas	8	-	29.844	-
Aumento de capital social em controladas	8	(35.445)	(22.550)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	(10.420)	(10.420)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos	(35.445)	7.294	(29.966)	(45.235)
Atividades de financiamentos:				
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	-	(14.283)	(14.386)
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento	-	-	36.874	36.874
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	-	(244)	(325)
Aumento de capital social	12	35.565	22.675	22.550
Redução de capital social	-	-	(29.884)	(29.844)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos	35.565	(7.209)	57.912	14.869
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	1	(22)	7.208	(4.993)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11	33	256	5.249
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	12	11	7.464	256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Santos Energia Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 05 de março de 2007, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista, podendo ou não controlar deter o controle acionário ou societário, bem assim a gestão de ativos próprios.

A Companhia é diretamente controlada pela Auren Operações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A.) e pela Auren Energia S.A.

A Companhia é controladora integral da Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. ("Santo Antônio de Pádua"), Central Eólica São Cristóvão S.A. ("São Cristóvão") e Central Eólica São Jorge S.A. ("São Jorge").

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL as seguintes autorizações e registros de geração, conforme Leilão de Energia Nova ("LEN") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Santo Antônio de Pádua (ii)	12º LEN/2011	419/2012	12/07/12	11/07/47	35 anos	2014	7	14,0	5,7
São Cristóvão	12º LEN/2011	411/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	13	26,0	11,1
São Jorge (ii)	12º LEN/2011	412/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	12	24,0	10,8
Subtotal							7	14,0	5,7

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.
- (ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas São Jorge e Santo Antônio de Pádua foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Santo Antônio de Pádua	12º LEN/2011	Distribuidoras	56.064	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
São Cristóvão	12º LEN/2011	Distribuidoras	113.004	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
São Jorge	12º LEN/2011	Distribuidoras	105.996	218,40	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro
Subtotal			105.996					

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

1.1. Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora direta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis consolidadas no montante de R\$72.787 (R\$17.686 em 31 de dezembro de 2023) está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 18.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS --Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
---	--

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

--Continuação

2.7 Critérios de consolidação--Continuação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), Operações Compromissadas e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	12	11	4.197	256
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	-	665	-
Quotas de fundos de Investimentos (a)	-	-	2.602	-
Total	12	11	7.464	256

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os CDBs, Operações compromissadas e Quotas de fundos de investimentos estão representados por operações com liquidez diária e rentabilidade média de 96,38% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante		
Garantias de financiamento (i)	735	1.104
Garantias de compromissos contratuais	-	10.406
Subtotal	735	11.510
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	6.060	4.877
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	38	35
Subtotal	6.098	4.912
Total	6.833	16.422

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia e suas controladas.

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS--Continuação

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.414
Adições	19.121
Atualização monetária	1.462
Baixas e resgates	(45.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.422
Adições	5.098
Atualização monetária	613
Baixas e resgates	(15.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.833

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
CIRCULANTE		
Mercado de Curto Prazo	372	2.164
Leilões de Energia Eólica	7.758	1.534
Total	8.130	3.698

6 ESTOQUES

	Consolidado	
	2024	2023
Almoxarifado	10.640	7.727
Total	10.640	7.727

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

7 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Despesas pagas antecipadamente	-	-	738	243
Seguros (i)	-	-	21.898	-
Outros	-	7	1.541	1.118
Subtotal	-	7	24.177	1.361
Não circulante				
Impostos a compensar	-	-	3.476	1.890
Outros	-	-	320	320
Subtotal	-	-	3.796	2.210
Total	-	7	27.973	3.571

- (i) Variação decorrente da indenização por danos materiais ocorridos em sua controlada direta São Cristóvão, no montante de R\$21.340. O montante foi integralmente liquidado em 26 de fevereiro de 2025.

8 INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Composição do investimento	Controladora	
	2024	2023
Participação societária permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	105.378	65.156
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - JOA	1.136	1.461
Total	106.514	66.617

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização JOA (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Santo Antonio de Pádua	12.436	7.276	(4.582)	(108)	15.022
São Cristóvão	20.849	18.020	10.612	(108)	49.373
São Jorge	33.332	10.149	(1.253)	(109)	42.119
Total	66.617	35.445	4.777	(325)	106.514

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização JOA (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Santo Antonio de Pádua	12.549	2.640	-	(2.492)	(261)	12.436
São Cristóvão	27.793	14.780	(12.000)	(9.463)	(261)	20.849
São Jorge	41.767	5.130	(17.844)	4.540	(261)	33.332
Total	82.109	22.550	(29.844)	(7.415)	(783)	66.617

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Santo Antonio de Pádua	62.698	(47.645)	(15.053)	(45.279)	(4.582)
São Cristóvão	142.627	(93.764)	(48.863)	(77.332)	10.612
São Jorge	124.009	(82.547)	(41.462)	(58.256)	(1.253)
Total	329.334	(223.956)	(105.378)	(180.867)	4.777

9 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2024			2023	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	76.014	(33.522)	42.492	44.889
Máquinas e equipamentos	3,44%	244.614	(98.650)	145.964	153.441
Móveis e utensílios e outros	6,68%	186	(85)	101	114
Veículos	14,29%	1.206	(512)	694	866
Imobilizado em serviço		322.020	(132.769)	189.251	199.310
Imobilizado em curso (i)		64.600	-	64.600	45.878
Bens vinculados às concessão e autorizações		386.620	(132.769)	253.851	245.188
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	-	4.193
Total Imobilizado		386.620	(132.769)	253.851	249.381

9 IMOBILIZADO--Continuação

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte--Continuação

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	76.014	-	-	-	76.014
Máquinas e equipamentos	244.687	-	-	(73)	244.614
Móveis e utensílios e outros	186	-	-	-	186
Veículos	1.206	-	-	-	1.206
Imobilizado em serviço	322.093	-	-	(73)	322.020
Imobilizado em curso	45.878	19.546	-	(824)	64.600
Bens vinculados às concessão e autorizações	367.971	19.546	-	(897)	386.620
Direito de uso de terreno arrendado	6.320	-	(6.320)	-	-
Subtotal	374.291	19.546	(6.320)	(897)	386.620
Depreciação / Amortização arrendamento	(124.910)	(10.943)	2.476	608	(132.769)
Total Imobilizado	249.381	8.603	(3.844)	(289)	253.851

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	76.014	-	-	-	-	76.014
Máquinas e equipamentos	242.812	-	(18.769)	(6.009)	26.653	244.687
Móveis e utensílios e outros	172	-	-	(6)	20	186
Veículos	1.206	-	-	-	-	1.206
Imobilizado em serviço	320.204	-	(18.769)	(6.015)	26.673	322.093
Imobilizado em curso	34.081	34.814	-	-	(23.017)	45.878
Bens vinculados às concessão e autorizações	354.285	34.814	(18.769)	(6.015)	3.656	367.971
Direito de uso de terreno arrendado	6.995	-	(675)	-	-	6.320
Subtotal	361.280	34.814	(19.444)	(6.015)	3.656	374.291
Depreciação / Amortização arrendamento	(115.032)	(12.750)	446	2.378	48	(124.910)
Total Imobilizado	246.248	22.064	(18.998)	(3.637)	3.704	249.381

- (i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para estoque.
- (ii) A Companhia, objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimo e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2024							Total circulante + não circulante
		Circulante				Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - Santo Antonio de Pádua	2030	3.087	61	(134)	3.014	15.432	(672)	14.760	17.774
BNDES - São Cristóvão	2030	6.034	123	(345)	5.812	30.171	(1.723)	28.448	34.260
BNDES - São Jorge	2030	5.462	112	(337)	5.237	27.311	(1.683)	25.628	30.865
Total da dívida		14.583	296	(816)	14.063	72.914	(4.078)	68.836	82.899

		Consolidado							Total circulante + não circulante
		2023				2024			
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDES - Santo Antonio de Pádua	2030	3.061	76	(134)	3.003	18.364	(807)	17.557	20.560
BNDES - São Cristóvão	2030	5.984	151	(345)	5.790	35.902	(2.068)	33.834	39.624
BNDES - São Jorge	2030	5.416	137	(337)	5.216	32.498	(2.020)	30.478	35.694
Total da dívida		14.461	364	(816)	14.009	86.764	(4.895)	81.869	95.878

10.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.422
Encargos financeiros	8.891
Variação monetária	1.090
Pagamento de principal	(14.386)
Pagamento de encargos financeiros	(8.954)
Diferimento dos custos de transação	(12)
Amortização dos custos de transação	827
Saldos em 31 de dezembro de 2023	95.878
Encargos financeiros	7.784
Variação monetária	784
Pagamento de principal	(14.283)
Pagamento de encargos financeiros	(8.080)
Amortização dos custos de transação	816
Saldos em 31 de dezembro de 2024	82.899

10.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Santo Antonio de Pádua	BNDES	41.200	29/04/2014	T.JLP + 2,45%	Mensal	Mensal	17.776	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico Santo Antonio de Pádua
São Cristóvão	BNDES	80.129	29/04/2014	T.JLP + 2,45%	Mensal	Mensal	34.260	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico São Cristóvão
São Jorge	BNDES	52.571	29/04/2014	T.JLP + 2,45%	Mensal	Mensal	30.864	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico São Jorge

10.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Empréstimos	Custos de transação	Total
2026	14.583	(816)	13.767
2027	14.583	(816)	13.767
2028	14.583	(816)	13.767
2029	14.583	(816)	13.767
2030	14.582	(814)	13.768
Total	72.914	(4.078)	68.836

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

10.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, os credores utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - BNDES	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

11 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	108.325	10.899
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	18.039	84.589
Total passivo	126.364	95.488

11 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(87.666)
Adição / reversão	(21.124)
Amortização	15.899
Atualização monetária	(2.597)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(95.488)
Adição / reversão	(39.036)
Amortização	11.005
Atualização monetária	(2.845)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(126.364)

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$200.869 (R\$165.304 em 31 de dezembro de 2023), composto pelas 282.672.908 (247.107.908 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$19.570, dividido em 19.570.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital passou a ser de R\$184.874, representado por 266.677.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a AGE para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$8.275, dividido em 8.275.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital passou a ser de R\$193.149, representado por 274.952.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a AGE para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$7.370, dividido em 7.370.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital passou a ser de R\$200.519, representado por 282.322.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em xx de xxxxx de 2024, foi realizada a AGE para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$350, dividido em 350.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital passou a ser de R\$200.869, representado por 282.322.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos bilaterais	45.926	48.319
Ressarcimento de energia	(20.820)	(9.713)
Mercado de curto prazo	7.286	6.012
Crédito de carbono	778	-
Outras receitas	-	2.418
Receita operacional bruta	33.170	47.036
(-) PIS e COFINS	(1.019)	(1.260)
(-) ICMS	(1.361)	(1.557)
Receita operacional líquida	30.790	44.219

14 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(10)	-
Contratos com partes relacionadas	(8.103)	(5.831)
Mercado de curto prazo	(2.227)	(288)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(4.164)	(3.397)
Taxa de fiscalização ANEEL	(302)	(281)
Subtotal	(14.806)	(9.797)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(8.005)	(7.966)
Material	(2.256)	(2.714)
Depreciação e amortização	(10.998)	(12.810)
Seguros	(1.188)	-
Arrendamentos e aluguéis	(323)	(26)
Contribuições setoriais	(47)	(166)
Outros custos operacionais	(136)	-
Subtotal	(22.953)	(23.682)
Total	(37.759)	(33.479)

15 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguros	-	-	-	(843)
Perdas na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	(1.996)
Indenização de sinistro (i)	-	-	21.340	-
Outros	(12)	(134)	(1.387)	1.333
Total	(12)	(134)	19.953	(1.506)

(i) Indenização de sinistro por danos materiais ocorridos em sua controlada direta São Cristóvão.

16 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	231	1.123
Variações monetárias	-	-	4.285	1.503
Variações cambiais	-	-	149	17
Outras receitas financeiras	-	-	930	24
Subtotal	-	-	5.595	2.667
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	-	-	(9.384)	(10.808)
Atualização ressarcimento	-	-	(2.845)	(2.597)
Juros sobre arrendamento	-	-	(443)	(496)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	(325)	(784)
Atualização de provisão para desmobilização	-	-	(398)	(871)
Tarifas e encargos bancários	(1)	(1)	(202)	(189)
Outras despesas financeiras	-	(32)	(2.398)	(673)
Subtotal	(1)	(33)	(15.995)	(16.418)
Total Líquido	(1)	(33)	(10.400)	(13.751)

17 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e suas Controladas com base no regime do lucro presumido sob o regime da caixa em 31 de dezembro de 2024.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	66.119	60.148	66.119	60.148
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Alíquota de lucro presumido de crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Lucro presumido	5.290	4.812	7.934	7.218
Outras receitas	882	5.405	882	5.405
Base de cálculo	6.172	10.217	8.816	12.623
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(926)	(1.533)	(793)	(1.136)
Adicional (10%)	(545)	(947)	-	-
Ajuste de Anos anteriores	7.509	-	2.729	-
Outros ajustes	(593)	-	583	-
IRPJ e CSLL corrente	5.445	(2.480)	2.519	(1.136)
IRPJ e CSLL diferido	(4.244)	513	(1.389)	277
IRPJ e CSLL no resultado	1.201	(1.967)	1.130	(859)

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria
	2024		2023		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	4.197	4.197	256	256	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	665	665	-	-	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de Investimentos	2.602	2.602	-	-	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	6.833	6.833	16.422	16.422	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	8.130	8.130	3.698	3.698	Custo amortizado
Total	22.427	22.427	20.376	20.376	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	2.521	2.521	4.262	4.262	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	82.899	82.899	95.878	95.878	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	80	80	1.361	1.361	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	126.364	126.364	95.488	95.488	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	-	-	5.015	5.015	Custo amortizado
Total	211.864	211.864	202.004	202.004	

18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	12	11	7.464	256
Contas a receber de clientes	-	-	8.130	3.698
Cauções e depósitos vinculados	-	-	6.833	16.422
Total	12	11	22.427	20.376

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	82.899	95.878
Caixa e equivalentes de caixa	(4.197)	(256)
Garantias de financiamento	(6.795)	(5.981)
Dívida líquida	71.907	89.641
Patrimônio líquido	110.080	70.447
Dívida líquida / Patrimônio líquido	65,32%	127,25%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 10.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	2.521	-	-	-	2.521	4.262
Empréstimos e financiamentos	5.430	15.983	40.334	53.588	115.335	132.938
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	5.270
Total	7.951	15.983	40.334	53.588	117.856	142.470

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2024.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Consolidado	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs e Operações Compromissadas)	665	-
Quotas de fundos de Investimentos	2.602	-
Empréstimos e financiamentos	(87.793)	(101.589)
Total	(84.526)	(101.589)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Aplicações Financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
CDBs e Operações Compromissadas	CDI	665	46	69	92	116	139
Quotas de fundos de Investimentos	CDI	2.602	181	271	362	452	543
Impacto no resultado			227	340	454	568	682
Total da exposição líquida			227	340	454	568	682

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(126.364)	(3.159)	(4.739)	(6.324)	(7.910)	(9.490)
Impacto no resultado			(3.159)	(4.739)	(6.324)	(7.910)	(9.490)
Total da exposição líquida			(3.159)	(4.739)	(6.324)	(7.910)	(9.490)

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			4,37%	6,56%	8,75%	10,93%	13,12%
BNDES	TJLP	(87.793)	(6.081)	(8.051)	(10.017)	(11.982)	(13.952)
Impacto no resultado			(6.081)	(8.051)	(10.017)	(11.982)	(13.952)
Total da exposição líquida			(6.081)	(8.051)	(10.017)	(11.982)	(13.952)

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), conforme nota explicativa nº 10. Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 10).

A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.